FUNCIONALISMO

Governo estuda mudar CNU

Ao anunciar a convocação de mais de 1,3 mil aprovados ainda em novembro, ministra da Gestão Esther Dweck informou que a próxima edição do concurso público nacional poderá adotar sistema de prova por áreas, semelhante ao Enem

» RAFAELA BOMFIM

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Na entrevista, Dweck explicou que a terceira edição do concurso terá um formato de classificação que possa ser aproveitado por diferentes órgãos

O governo federal prepara a convocação de mais de 1,3 mil candidatos aprovados no cadastro de reserva do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), conhecido como Enem dos Concursos. As chamadas devem ocorrer ainda em novembro e contemplar, principalmente, candidatos da primeira edição do certame, além de aprovados na segunda seleção. O anúncio foi feito, ontem, pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, durante participação no programa Bom Dia, Ministra, do Canal Gov.

Segundo a ministra, as vagas correspondem a oportunidades que ainda não foram preenchidas nos dois concursos. "São mais de 1,3 mil vagas ainda em aberto, sendo a maioria do primeiro concurso", afirmou. A convocação será feita a partir das listas de espera, respeitando a classificação dos candidatos e a disponibilidade de vagas nos órgãos federais.

Além dessas chamadas, o governo republicou o edital com 544 vagas remanescentes da segunda edição do CNU, realizada em 2025. A nova classificação foi publicada no *Diário Oficial da União* na última segunda-feira, depois que o Ministério da Gestão identificou, em outubro, inconsistências nas informações referentes a três vagas. O documento prevê o preenchimento imediato das oportunidades e a formação de cadastro de reserva.

A ministra também informou que o governo trabalha na identificação de vagas adicionais para convocar aprovados além das oportunidades originalmente previstas nos editais. O levantamento é realizado em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento e Orçamento. A expectativa é divulgar novas chamadas nas próximas semanas, antes do fim de 2026.

"Quando forem chamadas as vagas adicionais, além das que estavam previstas originalmente no concurso, eu preciso de um ajuste orçamentário da Secretaria de Orçamento Federal. Há um saldo remanescente no orçamento para isso e estamos vendo o número de vagas possíveis para chamar", explicou Esther Dweck.

De acordo com a ministra, todas as vagas originalmente ofertadas na segunda edição do concurso já tiveram seus candidatos convocados. Agora, a pasta avalia a possibilidade de ampliar o número de nomeações tanto para o CPNU 2 quanto para outros concursos da administração pública federal.

Próxima edição

Durante a entrevista, Esther Dweck também antecipou que o governo estuda mudanças no formato da terceira edição do Concurso Público Nacional Unificado, prevista para 2027. A proposta é criar um modelo de prova nacional dividido por áreas de atuação, com uma classificação que possa ser aproveitada por diferentes órgãos federais conforme a necessidade de contratação.

A dinâmica seria semelhante à do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em que o candidato realiza uma avaliação, recebe uma nota e pode utilizar o resultado em diferentes processos de seleção. A ideia é formar um banco de candidatos classificados por área, permitindo que os órgãos recorram a essas notas quando houver autorização para preencher vagas.

"Seria uma espécie de concurso como se fosse o Enem. Você faz uma prova para determinadas áreas, tem uma nota, então, tendo a vaga, o órgão federal poderia usar aquele grupo de pessoas que já fez a prova e que já está com uma classificação", afirmou a ministra.

A proposta ainda está em estudo e representa uma mudança em relação ao modelo tradicional de concursos, no qual cada seleção exige um processo próprio. Com o banco unificado de notas, o governo pretende reduzir o tempo entre a realização das provas e o aproveitamento dos candidatos, que pode levar de um ano e meio a dois anos nos procedimentos convencionais.

A realização do CPNU 3, no entanto, depende da disponibilidade de recursos no orçamento federal. Segundo Esther Dweck, a programação de concursos e nomeações para 2027 está condicionada à aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa), encaminhado ao Congresso Nacional no fim de agosto.

"Depois das eleições, começa no Congresso o processo de aprovação. Precisamos disto para saber, de fato, que recursos temos para a área de pessoal, especificamente na rubrica de autorização de concurso e provimentos adicionais", declarou.

A ministra ressaltou ainda que a abertura de novos concursos não substitui a obrigação de convocar candidatos aprovados em seleções que continuam válidas. Quando há cadastro de reserva vigente e disponibilidade de vagas, a administração deve priorizar os candidatos já classificados, conforme as regras legais.

O governo também trabalha na recomposição do funcionalismo público, após a perda líquida de aproximadamente 70 mil servidores entre 2016 e 2022. A estratégia, segundo o ministério, é planejar novas entradas de profissionais para atender às necessidades dos órgãos e evitar a redução da capacidade de atendimento dos serviços públicos.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



As novas regras foram publicadas em portaria administrativa da AGU

AGU exigirá exame para altos cargos

» BEATRIZ VASCONCELOS*

A Advocacia Geral da União (AGU) determinou, ontem, a criação do Exame Nacional da Advocacia Pública (Enap). O exame de habilitação funcionará como requisito para ingresso nas carreiras de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal e Procurador do Banco Central do Brasil.

Entre os objetivos divulgados na Portaria Normativa AGU Nº 243, estão estabelecer um padrão mínimo de habilitação para o ingresso nas quatro carreiras do órgão, além de privilegiar o raciocínio, a capacidade de resolução de problemas e a vocação para o exercício da advocacia pública.

O Enap será realizado antes do período de inscrição preliminar de cada concurso público. As provas serão aplicadas simultaneamente no Distrito Federal e em todas as capitais dos Estados. O órgão alertou que a habilitação no Enap não substitui a aprovação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Segundo a portaria de criação, a prova terá caráter exclusivamente eliminatório e não classificatório, contendo no mínimo 60 questões objetivas que abordarão assuntos de direito constitucional; direito administrativo; teoria geral do direito, políticas públicas e formação humanística; direitos humanos; direito processual civil; direito civil; e direito digital. O documento ressalta ainda que o resultado não será utilizada para pontuação, classificação, desempate ou composição da nota final do concurso público.

Na ampla concorrência, o examinando precisa atingir o percentual mínimo de 60% de acertos na prova para ser considerado aprovado. Já para candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas ou pessoas com deficiência, o percentual mínimo será de 50%, precisando, obrigatoriamente, ter a autodeclaração confirmada no concurso público. O candidato, no entanto, que atingir 60% ou mais é habilitado pelo critério geral e fica dispensado de confirmar sua autodeclaração no Enap.

A banca responsável pela organização e acompanhamento do Enap será composta por membros das quatro carreiras da AGU e terá obrigatoriamente um representante titular e um suplente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), indicados pelo Conselho Federal.

O exame terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado automaticamente uma vez por mais dois anos.

***Estagiária sob supervisão de Edla Lula**

INFLAÇÃO

IPCA desacelera para 0,14% em outubro

» RAFAELA GONÇALVES
» PEDRO JOSÉ BORGES

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da inflação, registrou alta de 0,14% em outubro, uma desaceleração em relação a setembro, quando a variação foi de 0,82%. Apesar do resultado menor no mês, o índice acumula alta de 4,10% em 2026 e de 4,63% nos últimos 12 meses, acima do teto de 4,5% da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os nove grupos pesquisados, transportes e habitação registraram deflação de 0,59% e 0,51%, respectivamente. Na direção oposta, alimentação e bebidas apresentou a maior alta, de 1,04%, e exerceu o maior impacto sobre o índice, com contribuição de 0,22 ponto percentual.

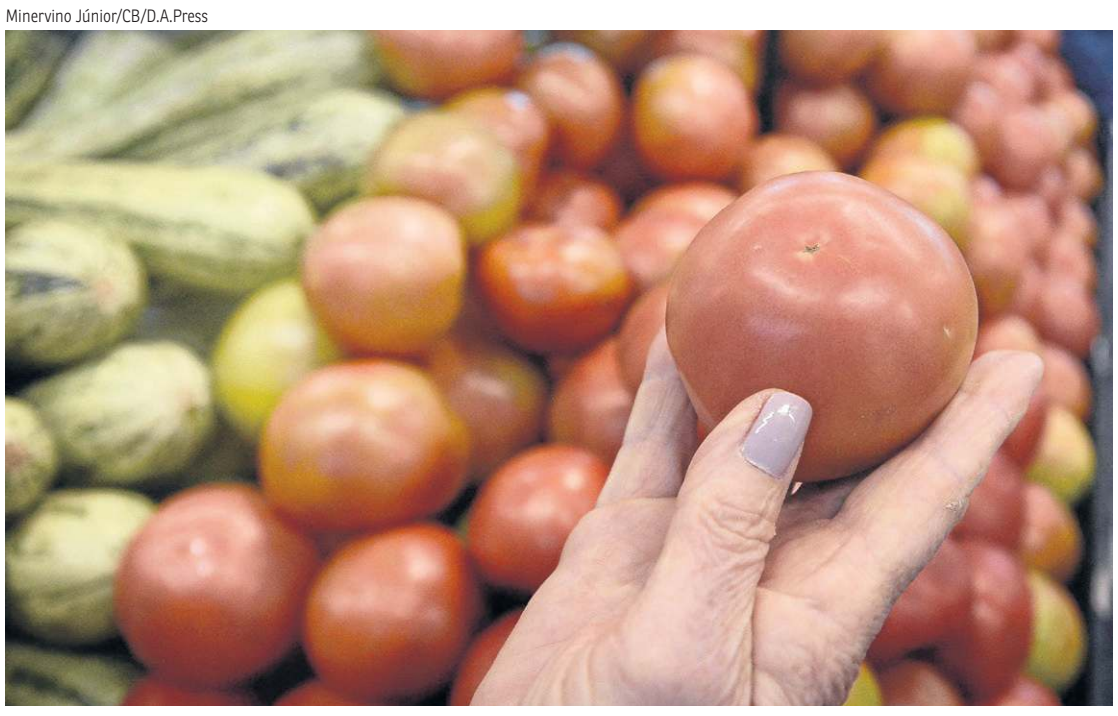
A energia elétrica residencial foi o subitem que mais contribuiu para conter a inflação, com impacto negativo de 0,08 ponto percentual. O preço passou de uma alta de 7,98% em setembro para uma queda de 1,92% em outubro. A redução refletiu a mudança da bandeira tarifária amarela para a verde, que retirou a cobrança adicional na conta de luz.

A taxa de água e esgoto também contribuiu para o resultado negativo, influenciada pela aplicação de um desconto de 25% na tarifa mínima em Curitiba.

No grupo transportes, a principal influência veio das passagens aéreas, que recuaram 9,21% em outubro, após alta de 9,66% no mês anterior. Os combustíveis também passaram a registrar queda, de 0,31%, depois de avançarem 1,41% em setembro. A gasolina teve redução média de 0,56%, enquanto o gás veicular recuou 0,46%. Já o óleo diesel e o etanol apresentaram altas de 1,66% e 1,02%, respectivamente.

Para o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Piscitelli, o resultado mensal foi positivo, mas o acumulado em 12 meses continua sendo o principal indicador para avaliar o cumprimento da meta de inflação.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Alimentação no domicílio aumentou 1,31%, pressionada pelo tomate, que registrou alta de 19,57%

Piscitelli também destaca que o resultado ocorre em meio a questionamentos sobre a viabilidade da meta estabelecida para o ano. "O acompanhamento destes dados ganha importância no momento em que se questiona a meta inflacionária do exercício, tida por irrealista ou inviável por economistas que argumentam que, historicamente, a atual meta foi atingida apenas duas vezes, nas últimas décadas", explica.

O economista relacionou a discussão à política monetária e ao debate fiscal no Congresso Nacional. Para ele, a discussão se torna mais acirrada, porque envolve outra questão, relacionada à taxa de juros (Selic), que, segundo ele, poderia cair se a meta for atingida. "E toda essa polêmica se dá com a apreciação pelo Congresso, dos novos parâmetros que devem nortear o novo arcabouço fiscal e o orçamento de 2027", acrescentou.Mesmo com a queda, Vitor Kayo, economista senior da Nomad acredita que o resultado isolado não muda a decisão de dezembro sobre a queda dos juros. "O mais provável é a Selic parada em 13,75%. O Copom interrompeu os cortes em novembro porque as expectativas de inflação pioraram e seguem acima da meta em todos os prazos. A ata reforçou esse diagnóstico e não deu pista dos próximos passos", afirma.

Apesar da desaceleração geral,os alimentos pressionaram a inflação no período. A alimentação no domicílio acelerou de 0,96% em setembro para 1,31% em outubro. Entre os produtos que mais encareceram estão o tomate (19,57%), a cebola (11,29%), o arroz (4,81%) e as carnes (2,27%). Na direção oposta, a cenoura recuou 9,72%, a batata-inglesa caiu 2,95% e o café moído, 1,03%.

Segundo Fernando Gonçalves, gerente do IPCA, a desaceleração da inflação refletiu a redução nos preços de itens importantes do orçamento das famílias, como gasolina e energia elétrica. Já a pressão dos alimentos foi influenciada por fatores climáticos e pelo aumento dos custos de produção e transporte. "Questões climáticas, como chuvas em excesso, comprometem a oferta de alguns produtos, assim como o preço mais alto do diesel pressiona a cadeia produtiva, impactando o valor dos produtos para o consumidor final", explicou.